

**Lima Barreto e o “engenhoso aparelho de aparições e eclipses”:
reflexões sobre a história da imprensa**

DENILSON BOTELHO*

Focalizemos a estréia de Lima Barreto (1881-1922) na literatura, com o romance intitulado *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909. Segundo o historiador e biógrafo do literato, nesse livro “conta-se a história de um rapaz inteligente, bom, honesto, ambicioso, possuindo todos os requisitos para vencer na vida, menos um – a cor. Era mulato e, além de mestiço, pobre” (BARBOSA, 1988, p.137). Mas além disso, “o romance de Lima Barreto é uma sátira ao *Correio da Manhã*, escolhido dentre os demais por ser o de maior sucesso, o mais representativo, o mais típico, o mais retratável dos órgãos da imprensa da época” (BARBOSA, 1988, p. 147).

Sabe-se que o escritor carioca pagou um preço elevado pela ousadia de satirizar um dos jornais cariocas de maior popularidade naquele tempo. A partir desse episódio, seu nome foi proscrito das páginas do *Correio da Manhã*, por ordem de seu proprietário, Edmundo Bittencourt. Por que teria o literato escolhido justamente a imprensa como tema para debutar no mundo dos livros? O que o teria movido nessa escolha? Uma carta endereçada a Gonzaga Duque é esclarecedora de suas motivações. Consta que, nessa época, Lima Barreto já tinha outros romances praticamente prontos e escolheu este para encaminhar ao editor português responsável pela primeira edição.

Mandei as Recordações do Escrivão Isaías Caminha, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que te escandalize, mas que te desagrade. Como contigo, eu terei grande desgosto que isso aconteça a outros amigos. Espero que esse primeiro movimento, muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a charge que pus ali. [...] Hás de ver que a tela que manchei tenciona dizer aquilo que os simples fatos não dizem, segundo o nosso Taine, de modo a esclarecê-los melhor, dar-lhes importância, em virtude do poder da forma literária, agitá-los, porque são importantes para o nosso destino. (BARRETO, 1956, p. 169-170)

Vejamos então o que Lima Barreto tencionava dizer sobre a imprensa do Rio de Janeiro na Primeira República, que os simples fatos não dizem. No capítulo VIII, *Isaías*

* Prof. Adjunto de História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Caminha fora até a redação d’*O Globo* em busca dos préstimos de Gregoróvitch. Não o encontrando no local, pôs-se a aguardar por ele. A espera lhe dá a oportunidade de observar os bastidores da imprensa, que descreve com riqueza de detalhes. Presenciou, por exemplo, a chegada à redação de um “grande romancista de luxuoso vocabulário, o fecundo *conteur*, o enfático escritor a quem eu me tinha habituado a admirar desde os quatorze anos” (BARRETO, 2001, p. 191), conhecido como Veiga Filho. Convém observar que *O Globo* que aparece no romance é um jornal ficcional inspirado no *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt, e não – obviamente - o atual *O Globo*, editado no Rio de Janeiro a partir de 1925. O motivo da ida do famoso romancista à redação era para checar se o jornal noticiaria uma conferência que proferiu. Em meio à discussão sobre quem redigiria o texto dessa notícia, *Caminha* presenciou o secretário da redação sugerir que o próprio Veiga Filho fizesse o texto. E perplexo, viu aquele “homem extraordinário que a gente tinha que ler com um dicionário na mão” (BARRETO, 2001, p. 191) acatar a sugestão.

Eu demorei-me ainda muito e pude ouvi-lo ler a notícia. Começou dizendo que era impossível resumir uma conferência de um artista como Veiga Filho. Para ele, as palavras eram a própria substância de sua arte.

[...] Veiga Filho acabou de ler a notícia no meio da sala, cercada de redatores e repórteres. Enquanto ele lia cheio de paixão, esquecido de que fora ele mesmo o autor de tão lindos elogios, fiquei também esquecido e convencido do seu malabarismo vocabular, do sopro heróico de sua palavra, da sua erudição e do seu saber...

Cessando, lembrei-me que amanhã tudo aquilo ia ser lido pelo Brasil boquiaberto de admiração, como um elogio valioso, isto é, nascido de entusiasmo sem dependência com a pessoa, como coisa feita por um admirador mal conhecido! A Glória! A Glória! E de repente, repontaram-me dúvidas: e todos os que passaram não teriam sido assim?

[...] Naquela hora, presenciando tudo aquilo eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho prestidigitador, provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões.

Era a Imprensa, a Omnipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição! (BARRETO, 2001, p. 192-193)

O trecho reproduzido acima evoca a consciência do autor, que “fala” através de *Caminha*, sobre o que significava fazer jornalismo naquele tempo – e talvez não só naquele tempo. O que salta da ficção para a realidade é o desmascaramento de práticas características da imprensa. Onde está a verdade e a isenção sobre Veiga Filho e todos os que foram objeto das notícias já publicadas? Não por acaso, se associa imprensa a

mágica e ilusão. *O Globo* não informava sobre os fatos, pois em sua redação os fatos são criados, recriados e reinventados.

O texto de Lima Barreto está a clamar pela análise dos historiadores, oferecendo razões de sobra para que dediquemos aos jornais e revistas em geral um olhar mais cuidadoso e diferenciado que nos obrigue inclusive a participar dos debates contemporâneos sobre a função social da imprensa, do jornalismo e dos meios de comunicação em geral.

Um passo importante que é preciso dar no campo da pesquisa na área da história da imprensa consiste na necessidade de operar um deslocamento. Frequentemente, os periódicos são a primeira fonte que cogitamos consultar quando definimos um objeto de pesquisa. É consensual que uma das formas mais eficazes de entrar em contato com o passado seja através das páginas da imprensa. Contudo, é possível – e é preciso – fazer da imprensa o objeto da pesquisa, admitindo que além de ser fonte, ela é também um tema a ser investigado, que desafia a argúcia do historiador.

Recentemente, a efeméride dos 200 anos da criação da imprensa no Brasil ensejou uma leva de eventos e publicações sobre o tema e “o aprofundamento dos debates em torno das questões teóricas e metodológicas que envolvem História e Comunicação” (RIBEIRO & HERSCHMANN, 2008, p. 13). Desta forma, foi possível perceber em que estágio se encontra as pesquisas sobre história da comunicação e da mídia no Brasil, identificando o “estado da arte” nessa seara, bem como os principais desafios e impasses que os pesquisadores precisam enfrentar, especialmente em termos de teoria e metodologia.

É interessante observar que também há poucos trabalhos de fôlego sobre História da Comunicação na própria História (BRIGGS e BURKE, 2004; BURKE, 2003). Apesar da mídia, principalmente os jornais, ser cada vez mais utilizada como fonte histórica em trabalhos que abordem variados temas, os estudos dos meios em si (e de suas práticas sociais) ainda são restritos nas universidades do país.

Em um rápido levantamento nos anais do XXIV encontro da Anpuh (Associação Nacional de História), seminário que reúne as mais significativas pesquisas em desenvolvimento na área, foi possível constatar que quase 70% dos trabalhos que abordavam o século XX usavam meios de comunicação, principalmente a imprensa, como fonte primária. Os trabalhos sobre História da Mídia propriamente dita não correspondiam a 10% deles. (RIBEIRO & HERSCHMANN, 2008, p. 14)

Assim sendo, acreditamos que o principal desafio a ser enfrentado nos dias atuais, por parte dos historiadores inseridos nesse campo de estudos, consiste

na articulação de inúmeras informações, não só de diferentes esferas, sejam elas econômica, social, cultural e política, como também de distintos âmbitos – individual e coletivo. Ou melhor, exigiria a elaboração de estratégias metodológicas que permitissem correlacionar e analisar a dinâmica da vida social como um todo. (RIBEIRO & HERSCHMANN, 2008, p. 17)

Portanto, impõe-se a necessidade de fazer uma história social dos meios de comunicação, das mídias e da imprensa. Mais do que uma fonte, é preciso considerar que a partir da imprensa e do ambiente midiático se constrói a dinâmica da vida social e se elabora uma memória social ou uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006). Como bem observam Ribeiro e Herschmann, “é impossível fazer uma história da sociedade contemporânea sem realizar, em alguma medida, uma história da mídia” (2008, p. 17).

Em tempos de pós-modernidade, virada lingüística, intertextualidade, autonomia do discurso e dúvidas sobre o agenciamento e o sujeito da história, convém reafirmar a pertinência de se fazer uma história social da mídia e da imprensa, colocando no centro de nossas preocupações as práticas sociais que movem e produzem a imprensa e o jornalismo desde sempre. A base sobre a qual esse tipo de análise está assentada é essencialmente materialista e o que se pretende aquilatar é o que Thompson denomina por “experiência” humana envolvida no fazer jornalístico e na dinâmica e funcionamento da imprensa.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

Invoca-se aqui a participação de Thompson no debate sobre a ausência do termo “experiência” nas formulações teóricas não só de Althusser, mas do estruturalismo marxista ortodoxo de modo geral, pelo simples fato de que esse conceito adquire um caráter central na concepção de história social que preconizamos como fundamental para a abordagem da imprensa objeto de investigação. Só assim podemos lidar com as

noções de cultura e consciência sem cair na armadilha pós-moderna. Pois Marx não tratava de outra coisa quando escreveu sobre a alienação, sobre o fetichismo da mercadoria e sua reificação, bem como quando desenvolveu sua noção de homem refazendo continuamente sua própria natureza (THOMPSON, 1981, p. 182).

Investigar a história da imprensa implica numa operação teórica que consiste em juntar as noções de cultura, consciência e experiência:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189).

Ao propor um esboço teórico-metodológico que seja capaz de nortear uma história social da imprensa, entendemos também que a noção de classe torna-se fulcral, visto que não se pode pensar o fenômeno midiático como uma experiência e um processo histórico desprovido dos interesses dessa natureza. É claro que nos referimos aqui à concepção de classe relacional proposta na obra de Thompson. Afinal, os historiadores marxistas britânicos - influenciados especialmente pelo pensamento deste autor - compreendem classe como relação e processo, entendendo que a classe existe independentemente da consciência de classe. Nessa perspectiva, não se pratica um determinismo econômico, mas uma determinação dada pela luta de classe, que é central para o processo histórico. Por estas razões, os chamados marxistas britânicos thompsonianos foram acusados de abandonar as estruturas em prol de um “culturalismo”. Portanto, pasmem, Thompson já foi considerado culturalista por seus críticos, simplesmente por defender que a experiência envolve consciência e cultura. Na experiência, a estrutura entra novamente na história (não como fator de determinação), que é vista como processo em que se valorizam o indivíduo e suas ações. E para que não pare qualquer dúvida determinista quanto aos pressupostos teóricos thompsonianos, vale recorrer de novo ao seu texto:

Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e

ações, são tão “sujeitos” (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 1981, p. 194)

Voltemos então a Lima Barreto, buscando identificar ou ao menos tangenciar os conflitos e escolhas de valores que lhes são inerentes e inexpugnáveis. Porque não resta dúvida de que no processo histórico no qual a imprensa está inserida necessariamente se manifestam interesses de classe. Aplicar os princípios básicos da história social significa desvelar as escolhas que são feitas no âmbito das redações e das empresas jornalísticas. Portanto, o que devemos fazer? Os mesmos procedimentos propostos por Chalhoub e Pereira (1998, p. 7) em relação à análise da literatura, aplicam-se a Kamel, *O Globo* e a imprensa de modo geral: é preciso historicizar jornais e jornalistas, inseri-los no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta imparcialidade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso submeter a imprensa ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores, a imprensa fornece um valioso testemunho histórico que, dessa forma, deve ser submetido aos procedimentos habituais de investigação que empregamos.

Sabemos também, como sugere Thompson, que sempre se fazem escolhas. E o historiador precisa estar atento para desvendá-las.

Note-se que isso é apenas parte – uma pequena amostra - do interrogatório sistemático ao qual a história social submete necessariamente a imprensa, tomada como objeto de análise e investigação. Em 1918, por exemplo, Lima Barreto já adquirira plena convicção de que o jornal não é o lugar onde a informação pode ser veiculada de forma imparcial e isenta. É antes um campo de lutas e embates entre diferentes versões sobre a realidade, versões inegavelmente comprometidas com alguma perspectiva ideológica. Vejamos:

O que é preciso, portanto, é que cada qual respeite a opinião de qualquer, para que desse choque surja o esclarecimento do nosso destino, para própria felicidade da espécie humana.

Entretanto, no Brasil, não se quer isto. Procura-se abafar as opiniões, para só deixar em campo os desejos dos poderosos e prepotentes.

Os órgãos de publicidade por onde se podiam elas revelar são fechados e não aceitam nada que os possa lesar.

Dessa forma, quem, como eu, nasceu pobre e não quer ceder uma linha da sua independência de espírito e inteligência, só tem que fazer elogios à Morte.

[...] Sendo assim, eu a sagro, antes que ela me sagre na minha pobreza, na minha infelicidade, na minha desgraça e na minha honestidade.

Ao vencedor, as batatas! (BARRETO, 2004, V. 1, p. 390-391)

Outra contribuição teórica importante no campo da tradição marxista, que é indispensável para analisar o papel da imprensa na história, pode ser encontrada na obra de Antonio Gramsci. Ao propor o conceito de “aparelho privado de hegemonia”, com o qual denomina os organismos que compõem a “sociedade civil”, podemos aplicá-lo à imprensa, por exemplo. Partindo-se do princípio de que, com o triunfo do liberalismo, teria ocorrido o que podemos chamar de laicização do Estado, é necessário considerar que

as instâncias ideológicas de legitimação passam a ser algo “privado” em relação ao “público”: o Estado já não impõe uma religião, ou uma visão de mundo em geral; a religião deve conquistar consciências, deve confrontar-se, entrar em luta contra outras ideologias, contra outras visões de mundo. Criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões de mundo, o que Gramsci chama de “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. Por um lado, velhos “aparelhos ideológicos de Estado” (como as Igrejas, as Universidades) tornam-se autônomos, passam a fazer parte da “sociedade civil”; e por outro, com a própria intensificação das lutas sociais, criam-se novas organizações, novos institutos também autônomos do Estado – os sindicatos, os partidos de massa, os jornais de opinião etc. -, os quais, embora possam ter como objetivo a defesa de interesses particulares, “privados”, tornam-se também portadores materiais de cultura, de ideologias. (COUTINHO, 2005, p. 17-18)

Nas sociedades em que se consolidou o Estado liberal-democrático, surgem múltiplas organizações e sujeitos coletivos em luta ou em aliança entre si. “Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção política-ideológica” (COUTINHO, 2005, p. 18). Ou ainda, vale lembrar, é o espaço da luta de classes. “Daí a idéia de arena: um campo de dissonâncias, enfrentamentos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora para enfraquecer os consensos estabelecidos” (MORAES, 2009, p. 39).

Por isso é possível identificar uma vertente contra-hegemônica no interior da imprensa carioca durante a Primeira República, a despeito do caráter conservador do

jornalismo brasileiro naquele período. Trata-se de uma tendência que tem entre seus expoentes “os escritores, artistas, jornalistas que, colocando-se contra a corrente dominante, propuseram uma imagem alternativa de Nação” (COUTINHO, 2008, p. 66) ou que sonharam com uma sociedade brasileira que acabou não se concretizando nas primeiras décadas republicanas (BOTELHO, 2002), num movimento que Eduardo Granja Coutinho define como processos contra-hegemônicos na imprensa daquele período.

Parafraseando Marx, pode-se dizer que toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia. Há na verdade uma unidade dialética entre ambas, uma se definindo pela outra. Isto porque a hegemonia não é algo estático, uma ideologia pronta e acabada. Uma hegemonia viva é um processo. Um processo de luta pela cultura. “Deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é, continuamente, resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas”, observa Raymond Williams. (COUTINHO, 2008, p. 77)

O referencial teórico gramsciano também já foi habilmente empregado na análise do processo de transição da monarquia para a república. Maria Tereza Chaves de Mello argumenta que a hegemonia de um grupo é resultado da dominação política e da “direção” que uma determinada elite e sua concepção de mundo imprime na sociedade através do controle da rede simbólica, da qual os jornais fazem parte. Quando o Império viu se esvaziar o poder de atração de sua ideologia sobre o conjunto da sociedade, instalou-se o que Gramsci chamaria de “crise de direção”. Ou seja, a historiografia que insiste na exposição de um rodízio de gabinetes esconde o fracasso de um projeto de direção, esconde a própria crise de direção (MELLO, 2007). Segundo essa autora, somente compreendendo a atuação desses mecanismos é possível explicar porque a desafeição ao regime imperial prevaleceu sobre a afeição ao monarca no momento da proclamação.

Além de sugerir aqui pontualmente referenciais teóricos e procedimentos metodológicos que podem se transformar em ferramentas de trabalho para o historiador, cabe observar que o diálogo com outras disciplinas do conhecimento também mostra-se indispensável. Sobretudo quando se pensa que é importante investigar as práticas sociais e a experiência que caracteriza a produção da notícia em diferentes momentos da história. Refiro-me aqui especialmente ao que podemos chamar de fazer jornalístico, que implica na compreensão das dinâmicas a que está submetido um jornalista ao produzir a notícia e a informação.

Tendo em vista que a pretensão, em certa medida positivista, de descrever a história da imprensa de modo factual e abrangente, como uma espécie de grande síntese, já mostrou seus resultados e limitações (SODRÉ, 1966; BAHIA, 2009), o desafio que temos pela frente consiste em destrinchar o ambiente das redações e a fabricação da notícia.

Sociólogos, cientistas políticos e especialistas em comunicação têm produzido uma vasta literatura sobre os efeitos dos interesses econômicos e tendências políticas no jornalismo. No entanto, parece-me que eles não têm conseguido entender a maneira como trabalham os repórteres. O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias. (DARNTON, 1990, p. 96-97)

O florescimento – ou seria reflorescimento? – do jornalismo literário despertou a atenção dos historiadores para a necessidade de perceber que, tal como na literatura, os jornalistas também contam histórias. Então como jornalistas contam suas histórias? Que texto é esse que o repórter, o redator, o jornalista enfim produz - e para o qual possivelmente temos sido negligentes? Da mesma forma que a história se aproximou da literatura transformando-a num vasto campo de análise, cabe fazer o mesmo investimento sobre o texto jornalístico. Sobretudo se admitirmos a hipótese de que seria a reportagem um parto da criação literária.¹

Uma investigação exemplar sobre o fazer jornalístico foi desenvolvida por Beatriz Kushnir. Desmontando o senso comum de que, durante a ditadura militar instalada no Brasil a partir de 1964, a imprensa teria lutado em bloco pela liberdade e contra o autoritarismo e a censura, a historiadora revela que nem sempre foram os censores que deram o tom do texto produzido nas redações de grandes jornais, como é o caso da *Folha da Tarde* paulistana. Sua tese de doutorado, transformada posteriormente em livro, pode assim ser resumida através do eixo principal da pesquisa desenvolvida:

O objetivo é iluminar um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam a função de jornalistas nas redações. Escrevendo nos jornais ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaboraram com o sistema autoritário implementado naquele período. Assim como nem todas as redações eram de esquerda, nem todos os jornalistas fizeram do ofício um ato de resistência ao arbítrio. (KUSHNIR, 2004, P. 26)

¹ Essa hipótese consta da comunicação de minha autoria, intitulada “Lima Barreto, imprensa e contra-hegemonia”, apresentada no Simpósio Temático História e Imprensa, realizado no Encontro Regional de História da ANPUH-PI, em outubro de 2010.

Ainda que produzir o esquecimento possa contribuir para a harmonia e a coesão social (REIS, 2000, p. 71), é preciso enfrentar essa habilidosa operação empreendida no campo da memória no sentido de não obscurecer a compreensão do passado e dos conflitos que lhe são inerentes. Esquecer que a ditadura contou com o apoio de parcela significativa da sociedade civil significa abrir mão de identificar aqueles que referendaram o regime militar. A Lei da Anistia, de 1979, ensejou certas reconstruções históricas que se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis: “a sociedade se reconfigurou como se tendo oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em corpo estranho. Redesenhou-se o quadro das relações da sociedade com a ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada por aquela” (REIS, 2000, p. 71). E mais do que isso:

Apagou-se da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo da abertura lenta, segura e gradual. Um político imaginativo empregou então uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera lentamente a ditadura, mastigando-a devagarzinho, a digerira e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a auto-estima. (REIS, 2000, p. 71)

Kushnir fornece com sua pesquisa um poderoso antídoto contra esse esquecimento que se tenta produzir no seio da imprensa, como se toda ela tivesse sempre lutado pelas liberdades democráticas. “O ponto de partida desta reflexão apreende a existência de jornalistas que colaboraram com o regime, de outros que resistiram e de outros ainda que lutaram contra ele” (KUSHNIR, 2004, P. 27) Talvez isso possa equivaler à recomendação proferida por Certeau no sentido de fazer com que os historiadores estejam permanentemente empenhados em identificar e considerar o lugar a partir do qual falam os sujeitos da história. Uma história social pede que se coloque em prática também esse princípio básico (CERTEAU, 1982).

Afinal, é preciso considerar que a dinâmica e os mecanismos que regem o funcionamento da imprensa não são necessariamente aqueles que supomos. Darnton (1990, p. 70-97) descobriu que, no *The New York Times* dos anos 1960, os jornalistas não escreviam suas reportagens visando um leitor imaginário que deveriam atingir. Jornalistas escrevem, antes de tudo, para serem lidos pelos seus pares. Ou seja,

competem entre si no interior das próprias redações. Além disso, é claro que o público leitor, a maneira de trabalhar, o contexto do trabalho e as técnicas de contar histórias também influenciam o texto jornalístico. Mas não há nada como flagrar o jornalista em plena atuação, operando o manejo da mídia e as condições que interferem objetivamente na elaboração de reportagens. É esse o desafio que a história social tem que enfrentar.

Longe de pretender reunir nesse breve artigo o arcabouço teórico de uma história social da imprensa, explicita-se aqui uma linha de abordagem e alguns dos seus princípios e possibilidades. Uma história que sirva ao mesmo tempo para desmontar o que Lima Barreto chamou de “engenhoso aparelho de aparições e eclipses”, bem como para combater “a estupidez das multidões” que tanto preocupava o literato há cerca de um século.

Referências bibliográficas:

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. 2v.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. “Recordações do escrivo Isaiás Caminha” in *Lima Barreto: prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

_____. “Elogio da morte” in *Toda Crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Volume 1, p. 390-391.

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002. (Coleção Biblioteca Carioca, 44)

_____. “Lima Barreto, imprensa e contra-hegemonia” in *Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural / Encontro Regional de História Anpuh-PI, 2010: Memória, cultura e identidade*. Teresina: Educar / Artes e Ofícios, 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação” in _____ (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 3. ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- COUTINHO, Eduardo Granja. “Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889-1930” in *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 65-89.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.
- KAMEL, Ali. *Não somos racistas; uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael. “História da comunicação no Brasil: um campo em construção” in _____ (orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008. pp. 13-26.
- SODRÉ, Nelson W. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979